



## PODER, POLÍTICA E ESTADO MODERNO

### O SURGIMENTO DO ESTADO MODERNO

#### Contexto Histórico

Os povos do mundo nem sempre viveram sob o regime de um Estado. E mais, o modelo de Estado como concebemos hoje – democrático, participativo, de direito – é mais recente ainda. A origem dessa forma de governo da vida das pessoas remonta aos séculos XIV a XVIII.

Foram as transformações ocorridas na sociedade da época que criaram a necessidade de articulação de uma estrutura mais forte e complexa para reger a vida das pessoas. O comércio nascente, que daria origem ao capitalismo mercantil e os interesses da classe burguesa, geraram uma importante mudança na organização política da Europa Moderna.

A partir de uma aliança entre reis e classe burguesa, estruturava-se essa forma de organização: O Estado Moderno. Porém para que ele se efetivasse era necessário que se justificasse sua existência e, ainda mais, que se atribuísse papéis exclusivos da ação estatal sobre a vida das pessoas.

#### ESTADO, NAÇÃO, GOVERNO E SOBERANIA

Estado-Nação – Refere-se ao conjunto formado por um Estado integrado a uma Nação, sobre uma base territorial definida. Corresponde, portanto a idéia de país.

O Estado é o conjunto de instituições que formam a organização político-administrativa de uma nação: o governo, as forças armadas, as escolas públicas, as prisões, os tribunais, a polícia, e etc.

A Nação envolve componentes predominantemente culturais, refere-se a um conjunto de pessoas com língua e tradições comuns, são as características comuns que um povo partilha e que lhe dá identidade.

O Governo São forças políticas organizadas (em partidos políticos, no caso dos Estados Modernos) que vão ocupar o poder por um determinado tempo, corresponde aos indivíduos que são escolhidos para gerir os recursos financeiros, pessoais e materiais do Estado.

A Soberania refere-se ao poder, autonomia, autoridade suprema e independência que um Estado possui de gerenciar sua estrutura política, econômica e social. Sua autoridade prevalece sobre formas de poder ou normas emanadas de outros sujeitos sociais, como a igreja, a família ou o empresariado.

Pode existir uma nação sem Estado? Sim. Temos por exemplo o caso dos palestinos, que são um povo que não possuem seu território e suas instituições constituídas e reconhecidas, assim também como os ciganos.

Existe um Estado com várias nações? Certamente, o caso clássico é o Estado da Monarquia Parlamentar da Grã-Bretanha, composta de Inglaterra, Irlanda e Escócia. São nações com hábitos, identidade religiosa e "sotaque" da língua distintos, mas que formam um único país.

É possível um governo sem um Estado? Concluimos que sim. Temos o caso do Tibet, que invadido e subjugado ao poder da China, exilou seu líder político e religioso, o Dalai Lama, que comanda os tibetanos, mesmo estando fora de seu país.

#### Texto Complementar

***O Estado é, portanto, a nação com um governo. Mas, o Estado é diferente de governo: Estado é uma instituição social permanente; governo é um elemento transitório do Estado. Assim pode-se dizer que "o governo muda e o Estado continua".***

***Como o Estado é uma entidade abstrata, que não tem "querer" nem "agir" próprios, o governo (grupo de pessoas) age em seu nome. Por exemplo, a Presidente da República é um órgão fundamental do Estado brasileiro. O presidente da República é que exerce esse cargo; ele age em nome do Estado.***



## OS INTERESSES DA BURGUESIA NA FORMAÇÃO DOS ESTADOS NACIONAIS

A fragmentação da geografia física e política do universo medieval em incontáveis feudos, criava transtornos terríveis para o exercício lucrativo das atividades da burguesia: os impostos e taxas variavam de feudo para feudo, ao sabor da vontade do nobre de plantão, dificultando o planejamento econômico, a montagem dos orçamentos das empresas e onerando pesadamente, pela sua multiplicidade, os negócios.

Quebrando o poder local dos senhores, submetendo-os a um poder centralizado, a burguesia iria assegurar as condições ideais para o livre e o seguro exercício das atividades econômicas e a realização dos seus lucros. Um poder unificado seria a resposta para a fragmentação administrativa do mundo feudal, tão prejudicial aos seus negócios.

Mas a gota d'água que fez transbordar a paciência da burguesia foram as revoltas populares da segunda metade do século XIV. De repente, um potro dado aparece no cenário. Se os burgueses se impacientavam com as exigências parasitárias da feudalidade, atemorizavam mais ainda com a explosão incontrolável das massas camponesas. E só um poder central suficientemente poderoso seria capaz de "colocar a ralé no seu devido lugar, isto é, manter o povo subjugado, criando riquezas para o bolso das novas classes dominantes."

## MODELOS DE ESTADO MODERNO

### O Estado Absolutista

Estado Absolutista típico da Europa do Antigo Regime, foi a primeira forma de Estado Moderno e caracterizou-se pela extrema centralização de poderes nas mãos do Monarca, desenvolvendo um **Governo Teocrático** e impondo-se diante das diversas classes e grupos sociais como a nobreza, a burguesia e o campesinato, sendo o rei um verdadeiro **símbolo nacional**, confundindo-se com o Estado e a própria sociedade, já que a concepção absolutista enxerga os dois como um só. Esta forma de monarquia foi característica em quase toda a Europa durante a chamada Idade Moderna; apesar do seu caráter feudal foi de suma importância para o desenvolvimento das forças produtivas capitalistas, aplicando práticas econômicas genericamente conhecidas como Mercantilismo, cuja marca fundamental foi à extrema intervenção do Estado na economia.

Nada sintetiza melhor o espírito e a prática do absolutismo do que a famosa frase de Luís XIV: "**L'état c'est moi!**" O Rei Sol, como era conhecido, exprimia, de forma cristalina e sem qualquer rodeio, a realidade de um regime político onde a concentração do poder com o monarca alcançou seu apogeu. "**O Estado Sou Eu**". Em outras palavras, por suas mãos passavam todas as importantes decisões da máquina política e administrativa.

O Estado absolutista foi aquele que resultou da evolução das Monarquias Nacionais européias que começaram a se formar a partir do século XV. E foi o regime típico do período de transição conhecido como "os tempos modernos" cabe então uma pergunta: como as monarquias nacionais foram constituídas numa luta contra a nobreza e com o amplo apoio da burguesia, isso quer dizer que o **Estado Absolutista** foi um **Estado Burguês**? Nada disso. A vitória da burguesia sobre a nobreza, por ocasião das lutas pela centralização política das nações, foi uma vitória parcial. Mudaram-se elementos políticos do mundo feudal, é verdade, mas o feudalismo, enquanto sistema social continuou prevalecendo.

### Teoria do Direito Divino

Os primeiros teóricos políticos, **Jean Bodin** e o Bispo **Jacques Bossuet**, que buscaram exaltar o rei enquanto uma autoridade de Deus, foram buscar suas idéias na representação real presente no imaginário político medieval, onde persistia a presença de simbologias inquestionáveis, baseadas no misticismo. Representação mística essa essencialmente religiosa, em que os reis eram vistos pelo povo como partes de Deus, e até mesmo "**deuses**", na terra, atribuindo-lhes poderes "**divinos**", como os da cura sobre algumas doenças de pele, as "**escrófulas**".

A imagem do rei, no período da transição do feudalismo para a sociedade burguesa, está associada à justiça, à virtude e à própria natureza da nação. O rei é o agente responsável pela manutenção da ordem, pela prosperidade, pelas vitórias nas guerras, pelos êxitos culturais. A realeza passa a ser um conceito místico. Concepções medievalistas que se utilizavam da metáfora do esposo e da esposa – o amor de Cristo pela Igreja – são transferidas do espiritual para o secular, para definir a ligação entre Príncipe e Estado. O rei é o "esposo mítico" da República, aqui entendida como Estado.

Durante a Modernidade, o corpo do rei foi visto simbolicamente como se, na verdade, fosse a junção de dois corpos distintos. O primeiro, representado pelo corpo físico, sujeito a sentimentos, paixões e morte. O segundo, o corpo político, cujos membros representam os súditos, e a cabeça, o rei. Nesse corpo o rei estaria imune às manifestações humanas, inclusive a morte.

O Rei Luís XIV, foi sem dúvida o maior símbolo do absolutismo Europeu, criou etiquetas altamente refinadas e possuía todo um aparato para o incremento da construção de sua imagem pública na França e fora dela, onde eram incluídas sua representação em pinturas, esculturas, moedas, rituais, arquitetura, etc., destinados a reforçar a glória do seu grande poder,



assim como manter a tradição do toque real para divinizá-lo. O rei francês, assim como os outros reis europeus, **“fabricavam”** sua própria imagem, visando impor respeito e obediência a um público variado.

## TEÓRICOS ABSOLUTISTAS

### Nicolau Maquiavel

Introduziu dois conceitos importantes para o pensamento político moderno. **Virtú (Virtude) e Fortuna**. Para Maquiavel, Virtude era a capacidade de o governante escolher a melhor estratégia para a ação de seu governo, enquanto Fortuna remetia às contingências (morais e religiosas) às quais os homens estão submetidos. Um bom governante seria aquele que, com sabedoria, soubesse combinar Virtude e Fortuna, sem priorizar uma ação em detrimento da outra.

Para alcançar a plenitude na política Maquiavel aconselha o soberano a que fique acima das considerações morais, mantendo a autonomia política. Para ele **“os fins justificam os meios”** e a razão de Estado deve sobrepor-se a tudo, ou seja, o soberano tudo pode fazer quando busca o bem-estar do país.

Quando está em jogo o interesse do Estado – sentença Maquiavel – “até a força é justa quando necessária.” Preocupado com o estabelecimento de um Estado Forte, Maquiavel defende que a autoridade do Príncipe, embora às vezes brutal e calculista, é vital para o sucesso e conseqüentemente para o do Estado.

### Thomas Hobbes e o Contrato Social

Considerado por muitos o teórico que melhor definiu a ideologia absolutista, articulou um sistema lógico e coerente para apresentar a necessidade do Estado despótico. O próprio título do seu livro, *Leviatã* (nome do monstro fenício do caos), nos dá a idéia de que o Estado é uma grande entidade toda-poderosa que protegeria todos os cidadãos.

Hobbes justifica o Estado Absoluto apontando-o como superação do “estado de natureza”. Para ele, na sociedade natural ninguém estava sujeito a leis, tendo tão somente que satisfazer sua avidez intrínseca pelo poder (guerra de todos contra todos). Levando uma vida grosseira, pobre, animalizada e breve, todos estavam em constantes conflitos entre si. No seu estado natural, o homem é o lobo do homem.

Para Hobbes, o homem só se realizará na sociedade civil, mediante um contrato social, segundo o qual cada um cede os seus direitos ao soberano, através de um “Estado Artificial”. Dessa forma renuncia-se a todo direito de liberdade, nocivo à paz, em benefício do Estado. Hobbes afirma ainda que é lícito o rei governar despoticamente, já que o próprio povo lhe deu o poder absoluto.

